

003. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR / SECRETÁRIO DE ESCOLA (ÁREA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E DE RECURSOS HUMANOS)

(OPÇÕES: 003 E 004)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de **01** a **05**:

Véspera do carnaval pegamos a estrada, rumo a Minas Gerais. Decidimos ir pela rodovia Fernão Dias. Demos sorte, até o momento em que enfrentamos a primeira longuíssima paralisação. A internet não explicava. Passado bom tempo, descobrimos duas carretas monumentais, ocupando o lado direito da rodovia, deixando escassa passagem para as filas de autos. As carretas levavam gigantescas hélices. Quem é o gênio que libera tal transporte na véspera de um feriado?

Ultrapassamos felizes, mas logo à frente, de novo, a marcha das lesmas. Imensa carreta caída mostrava a cabine destrocada. Ninguém teria sobrevivido. Policiais acenavam para acelerar. Como? Havia os que furavam pelo acostamento e os que desciam, celular na mão, a gravar para alguma tevê. Havia também quem descia e ia olhar, procurando as vítimas destrocadas. Tudo como se fosse um piquenique, um feriado, um camping.

Nesse momento, lembrei-me de uma frase de Otto Lara Resende. No final dos anos 1970, um banco patrocinou um concurso nacional de contos com grana altíssima para o vencedor. Milhares concorreram. As primeiras reuniões do júri foram no Rio de Janeiro. No júri havia Otto, Lygia Fagundes Telles, Antonio Houaiss e outros pesos pesados. Tantos eram os concorrentes que cada jurado recebeu caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.

Na terceira reunião, uma tarde, Lygia fez uma intervenção. “Conseguem me explicar? Começo a ler um conto, acho bom, separo para outra leitura. Há contos que descarto no terceiro parágrafo. No entanto, há contos que leio, fico espantada, paralisada com a mediocridade, o besteiro, a falta de senso, o horror, o nenhum sentido. Lixo do lixo. Mas leio inteirinho. De cabo a rabo. Alguém me explica? Chego a reler, perplexa comigo.” Todos quietos, nos entreolhamos. Então, Otto Lara Resende exclamou: “É fácil, Lygia. É o invencível, inabalável fascínio humano pelo tenebroso”. Hoje, sei por que acidentes, crimes e certos discursos me fascinam. É o tenebroso.

(Ignácio de Loyola Brandão. <https://www.estadao.com.br/cultura/ignacio-de-loyola-brandao/acidente-sem-nenhum-sobrevivente-e-ainda-havia-quem-descia-para-olhar-como-se-fosse-um-piquenique/> 09.04.2025. Adaptado)

01. A pergunta do 1º parágrafo “Quem é o gênio que libera tal transporte na véspera de um feriado?” cumpre no texto a função de

- (A) revelar o desconhecimento do cronista sobre quem são os agentes públicos responsáveis pela gestão do transporte rodoviário no país.
- (B) implicar diretamente os leitores na discussão do problema apresentado e levá-los a buscar uma resposta plausível para a questão.
- (C) instigar a curiosidade dos leitores em relação a possíveis medidas a serem tomadas pelo cronista para sanar o problema apresentado.
- (D) expressar o descontentamento do cronista em relação ao intenso tráfego de veículos nas rodovias brasileiras em dias posteriores a feridos.
- (E) apresentar uma crítica à circulação de veículos com cargas de grande porte em dias de intenso movimento nas estradas brasileiras.

02. Considere as passagens do 4º parágrafo:

- “Chego a reler, **perplexa** comigo.”
- “... inabalável **fascínio** humano pelo tenebroso.”

No contexto em que se apresentam, as palavras destacadas podem ser, correta e respectivamente, substituídas por:

- (A) estarecida e desprezo.
- (B) surpresa e encanto.
- (C) preocupada e desejo.
- (D) aborrecida e amor.
- (E) entediada e deslumbramento.

03. Há expressão empregada em sentido figurado na frase:

- (A) Ultrapassamos felizes, mas logo à frente, de novo, a marcha das lesmas. (2º parágrafo)
- (B) Imensa carreta caída mostrava a cabine destrocada. (2º parágrafo)
- (C) Havia também quem descia e ia olhar, procurando as vítimas destrocadas. (2º parágrafo)
- (D) No final dos anos 1970, um banco patrocinou um concurso nacional de contos... (3º parágrafo)
- (E) Começo a ler um conto, acho bom, separo para outra leitura. (4º parágrafo)

04. Considere as passagens a seguir:

- “**Véspera do carnaval** pegamos a estrada, rumo a Minas Gerais.” (1º parágrafo)
- “Decidimos ir **pela rodovia Fernão Dias**.” (1º parágrafo)

As expressões destacadas apresentam, correta e respectivamente, circunstâncias de

- (A) modo e lugar.
- (B) lugar e modo.
- (C) tempo e lugar.
- (D) tempo e modo.
- (E) lugar e tempo.

05. O trecho do 3º parágrafo “Tantos eram os concorrentes que cada jurado recebeu caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.” foi reescrito sem alteração do sentido original em:

- (A) Embora fossem muitos concorrentes, cada jurado recebeu caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.
- (B) Se eram muitos os concorrentes, cada jurado recebia caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.
- (C) Quando eram muitos os concorrentes, cada jurado recebia caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.
- (D) Como eram muitos os concorrentes, cada jurado recebeu caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.
- (E) Ao passo que eram muitos concorrentes, cada jurado recebia caixas com centenas de trabalhos para serem lidos.

06. A norma-padrão de concordância verbal foi plenamente respeitada na frase:

- (A) Em feriados e finais de semana, é comum haverem muitos carros trafegando pelas estradas.
- (B) Não é raro que exista muitos motoristas imprudentes dirigindo veículos pelas rodovias do país.
- (C) Fazem décadas que no Brasil o transporte de cargas deixou de ser feito prioritariamente por trens.
- (D) É comum que se noticiem acidentes e outros problemas de trânsito nos canais de televisão.
- (E) Circula com frequência nas rodovias brasileiras carretas imensas, que podem atrapalhar o trânsito.

Leia o texto para responder às questões de **07 a 09**:

Por muito tempo se opôs linguagem oral e linguagem escrita, embora a voz e o livro sejam companheiros, e a biblioteca, em particular, seja um ambiente “natural” para a oralidade: é o lugar de milhares de vozes escondidas nos livros que foram escritos a partir da voz interior de um autor. Quando lê, cada leitor faz reviver essa voz, que provém às vezes de muitos séculos atrás. Mas para as pessoas que cresceram longe dos suportes impressos, alguém tem que emprestar sua voz para que entendam aquela que o livro carrega.

Nos últimos anos, em muitos países, a oralidade foi redescoberta, e o oral e o escrito foram combinados nos espaços dedicados a facilitar a apropriação da cultura escrita. Na Argentina, oficinas foram montadas para ajudar as mulheres a encontrarem, ou reencontrarem, uma boa relação com a narração oral, a fim de que pudessem, em seguida, contar ou ler histórias para as crianças. Algumas eram analfabetas, mas disseram logo de saída que, se não sabiam ler, podiam contar. A pesquisadora Silvia Seoane ouviu-as e observou-as durante as oficinas. Ela se espantou com o trabalho de apropriação, de reinterpretação e de elaboração estética que operavam a partir das histórias trazidas pelas contadoras profissionais. Surpreendeu-se com essa segunda oralidade, que diferia da oralidade espontânea do cotidiano e cuja lógica interna era próxima à da narração escrita; com o surgimento progressivo do desejo de elas mesmas lerem os contos e, então, também de aprenderem a ler.

(Michèle Petit. *A arte de ler*, 2021. Adaptado)

07. Segundo as informações do texto, pode-se afirmar que as linguagens oral e escrita

- (A) representam dois universos incomunicáveis.
- (B) são igualmente acessíveis às pessoas.
- (C) podem apresentar estreita relação entre si.
- (D) exigem suportes impressos.
- (E) subordinam-se a uma mesma lógica interna.

08. A experiência de contar histórias para crianças despertou em algumas mulheres a vontade de

- (A) levar o trabalho feito nas oficinas para novos espaços e outros públicos.
- (B) aprender a ler, já que dominavam a linguagem oral, mas não a escrita.
- (C) passar a exercer, oficialmente, o trabalho de contadoras profissionais.
- (D) elaborar as próprias narrativas, em vez de reproduzir textos já existentes.
- (E) comunicar-se de forma menos espontânea, empregando termos mais eruditos.

09. Uma vírgula foi corretamente acrescentada a trecho do texto em:

- (A) Por muito tempo, se opôs oral e escrita... (1º parágrafo)
- (B) ... é o lugar, de milhares de vozes escondidas nos livros que foram escritos... (1º parágrafo)
- (C) Mas para as pessoas que cresceram longe, dos suportes impressos... (1º parágrafo)
- (D) ... espaços dedicados a facilitar, a apropriação da cultura escrita. (2º parágrafo)
- (E) ... Silvia Seoane, as ouviu e observou durante as oficinas. (2º parágrafo)

10. A norma-padrão de regência verbal foi plenamente respeitada na frase:

- (A) É comum as pessoas se referirem das histórias bonitas que ouviram na infância.
- (B) As bibliotecas propiciam nas pessoas o contato com diferentes tipos de livros.
- (C) A experiência de ouvir histórias pode acarretar em boas lembranças.
- (D) Há leitores que fazem questão de cultivar o hábito de buscar de novos autores.
- (E) A linguagem oral obedece a regras próprias, diferentes daquelas que regem a escrita.

11. Janaína foi à padaria e comprou certa quantidade de presunto a R\$ 32,00 o quilograma e pagou pela compra R\$ 9,60.

Expressando, em gramas, a quantidade de presunto que Janaína comprou, obtém-se

- (A) 300 g.
- (B) 307 g.
- (C) 320 g.
- (D) 333 g.
- (E) 340 g.

12. No último dia do ano de 2023, Paula e Priscila fizeram sessões de depilação a laser. De acordo com as recomendações próprias para cada uma, Paula deve fazer novas sessões a cada 21 dias, e Priscila, a cada 15 dias.

Dado que o ano de 2024 teve 366 dias, supondo que Paula e Priscila seguiram à risca suas recomendações, o número de dias de 2024 em que Paula e Priscila fizeram sessões de depilação a laser no mesmo dia é igual a

- (A) 6.
- (B) 5.
- (C) 4.
- (D) 3.
- (E) 2.

13. As turmas de ensino fundamental do período vespertino de uma escola possuem, no total, 264 meninos e 324 meninas. A fim de organizar a saída desses alunos para uma excursão, esses alunos foram divididos em grupos, todos com a mesma quantidade de pessoas, de maneira que cada grupo tenha a maior quantidade possível de pessoas, mas sem se misturar meninos e meninas em um mesmo grupo.

Feita essa divisão, o número total de grupos formados foi

- (A) 12.
- (B) 22.
- (C) 27.
- (D) 42.
- (E) 49.

14. Um estudo realizado sobre os funcionários de uma empresa revelou que, do número total de funcionários, 10% têm mais de 60 anos de idade, e 15% têm entre 50 e 60 anos. Além disso, verificou-se que, entre os funcionários com menos de 50 anos, metade são homens. Sabe-se também que o número de mulheres com menos de 50 anos é igual a 90.

Com base nessas informações, é correto concluir que a quantidade de funcionários que têm mais de 60 anos de idade é igual a

- (A) 12.
- (B) 24.
- (C) 36.
- (D) 48.
- (E) 60.

15. O tanque de gasolina do carro de Gustavo estava completamente cheio. Com o uso do carro na segunda-feira da semana passada, foi gasto um terço dessa gasolina. Com o uso do carro na terça-feira da referida semana, foram gastos cinco oitavos da gasolina que havia sobrado no tanque.

Assim, no final da terça-feira da semana passada, o tanque de gasolina do carro de Gustavo restava cheio com gasolina no correspondente a

- (A) $1/5$.
- (B) $1/24$.
- (C) $1/4$.
- (D) $5/24$.
- (E) $7/24$.

16. Acerca do Microsoft Word 365, em sua configuração padrão, e a funcionalidade controle de alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) As alterações sugeridas podem ser aceitas por quem possui permissão de Leitura no documento.
- (B) Só pode comentar no documento quem possui permissão de Edição.
- (C) É possível aceitar todas as sugestões de alterações; entretanto, não é possível rejeitar todas de uma só vez.
- (D) É possível ocultar comentários e alterações no documento.
- (E) Comentários não podem ser excluídos, mas sim resolvidos com aceitação ou rejeição.

17. Analise a planilha a seguir, criada no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão:

	A	B	C
1	100	21	29
2	200	19	28
3	150	25	35
4	300	22	25
5			

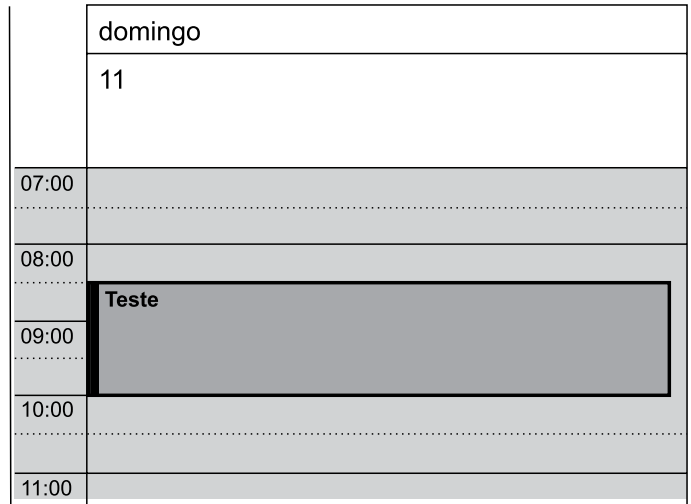
Assinale a alternativa com o resultado da célula D4 se, nessa célula, for adicionada a fórmula =SOMA(A1:C4)

- (A) 300
- (B) 750
- (C) 867
- (D) 961
- (E) #N/A

18. No Microsoft PowerPoint 365, em sua configuração padrão, Transformar e Esmaccer são exemplos de:

- (A) Animações.
- (B) Objetos.
- (C) Slide Mestre.
- (D) Formas.
- (E) Transições.

19. Observe a figura a seguir:



Assinale a alternativa que apresenta qual é o tipo de item de calendário, no Microsoft Outlook 365, mostrado no exemplo da figura.

- (A) Contato.
- (B) Compromisso.
- (C) Documento.
- (D) Grupo.
- (E) Lista de endereços.

20. Um agente de organização escolar, utilizando um canal no Microsoft Teams, em sua configuração padrão, precisa enviar uma notificação a todos os membros desse canal.

Assinale a alternativa que indica, corretamente, a ação adequada para atingir esse objetivo.

- (A) Mencionar, com "@", o grupo de usuários Todos.
- (B) Mencionar, com "@", cada um dos usuários do canal.
- (C) Mencionar utilizando a tag <TODOS>.
- (D) Mencionar utilizando a tag <EVERYONE>.
- (E) Clicar em nova mensagem, opção "Menções", em seguida "Mencionar todos".

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com Abramovay et al. (*Conversando sobre violência e convivência nas escolas*, 2012), qual o papel da escola no que diz respeito aos direitos humanos?

- (A) É na escola que se ensina às crianças o comportamento que as tornam elegíveis aos direitos humanos.
- (B) A escola é responsável por desmascarar os direitos humanos como estratégia ideológica de dominação.
- (C) A vivência escolar desconstrói a ideia dos direitos humanos, mostrando que ela não funciona na prática.
- (D) O ambiente escolar é essencial para a consolidação da prática e da consciência sobre os direitos humanos.
- (E) A escola deve escolher entre uma formação pautada em direitos humanos ou uma que vise à construção de sujeitos na sua singularidade.

22. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Abramovay et al. (*Conversando sobre violência e convivência nas escolas*, 2012) entendem que se trata de um documento que

- (A) distorce a ideia dos direitos humanos, ao convertê-los, na prática, em direitos de criminosos.
- (B) tem como principal falha a ausência de medidas punitivas no caso de infrações cometidas por crianças e adolescentes.
- (C) atrapalha o processo educativo, ao limitar as possibilidades de ação dos agentes escolares no combate à violência.
- (D) visa, por meio da definição dos conteúdos curriculares, a proporcionar uma formação ética e integral ao público escolar.
- (E) tem como principal objetivo a garantia dos direitos constitucionais de cidadania das crianças e dos adolescentes.

23. Sobre a relação entre família e escola, Abramovay et al. (*Conversando sobre violência e convivência nas escolas*, 2012) observam que ela é frequentemente “definida como uma convivência complexa e, por vezes, assimétrica”.

Visando a aprimorar o ambiente escolar e atravessá-lo por valores democráticos, os autores entendem que é necessário

- (A) separar, tanto quanto possível, a família da escola, minimizando assim os conflitos que necessariamente ocorrerão por causa das diferenças dos valores dessas instituições.
- (B) juntar essas duas instâncias socializadoras em uma só, com as mesmas funções, valores culturais e princípios éticos e religiosos.
- (C) eleger políticas que contemplem as interações entre família e escola, buscando o estabelecimento de uma responsabilização recíproca em prol da educação.
- (D) limitar o contato entre escola e família ao compartilhamento dos resultados acadêmicos dos alunos, preservando assim a autonomia da escola.
- (E) aproximar ao máximo a família da escola na Educação Infantil, distanciando-a ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), até cortar os laços a partir dos anos finais do EF.

24. Abramovay et al. (*Conversando sobre violência e convivência nas escolas*, 2012) apontam que, com relação aos estudantes negros, frequentemente, “há uma nítida associação entre os apelidos e a referência à inscrição racial”.

Os autores entendem que essa prática

- (A) pode ter graves consequências, como a autorrejeição que algumas pessoas passam a viver, que implica tomar como modelo características raciais distintas das suas.
- (B) espelha práticas comuns na sociedade e, portanto, não deve ser coibida, sob o risco de se criminalizarem os hábitos e as culturas populares.
- (C) é indesejável porque reforça estereótipos, mas só pode ser considerada como racista quando acompanhada de violência física.
- (D) tende a ser inofensiva, pois o fato de que quase todo apelido se dirige a alguma característica física inviabiliza a distinção entre o que é e o que não é racista.
- (E) é uma brincadeira saudável, que naturaliza as diferenças de cor de pele e tira a excessiva seriedade das discussões inscritas na pauta racial.

25. De acordo com Camargo (“O que é bullying?”, *Bully: no bullying*, 2009), a repetição reiterada de ridicularizações é
- (A) uma forma de agressão psicológica, passível de configurar bullying.
 - (B) tipificada como contravenção, diferentemente do bullying, que é crime.
 - (C) uma agressão direta, pois é voltada diretamente ao alvo do agressor.
 - (D) dependente de uma reclamação formal da vítima para que possa caracterizar bullying.
 - (E) considerada agressão apenas quando realizada por adultos em direção a crianças.
26. Pedro com frequência envia mensagens instantâneas pelo celular, para o grupo de sua turma, com gozações voltadas a Matheus. Quando os alunos se encontram na escola, Matheus confronta Pedro, pedindo para que ele pare com as mensagens ofensivas. Em resposta, Pedro afirma que só está brincando e que Matheus não deveria levar esse tipo de troca de mensagens como ofensa. No dia seguinte, Pedro retoma o envio das mensagens.
- Com base no contexto hipotético, assinale a alternativa correta, de acordo com a perspectiva apresentada por Camargo (“O que é bullying?”, *Bully: no bullying*, 2009).
- (A) As ações de Pedro não podem ser consideradas *cyberbullying*, pois ele afirma claramente o propósito de brincadeira por trás das mensagens.
 - (B) A situação não se caracteriza como *cyberbullying*, pois o comportamento agressivo de Pedro não tem continuidade na convivência física.
 - (C) Pedro comete *cyberbullying* ao enviar as mensagens, enquanto Matheus comete bullying ao confrontar Pedro presencialmente por sua brincadeira.
 - (D) A situação de *cyberbullying* tem início a partir do momento em que Matheus reclama com Pedro a respeito das ofensas.
 - (E) Pedro comete *cyberbullying* contra Matheus quando envia as mensagens ofensivas, o que constitui ato tão sério quanto o bullying presencial.
27. Para Rosa e Prudente (em Camargo, “O que é bullying?”, *Bully: no bullying*, 2009), a justiça restaurativa na escola é
- (A) uma resposta ineficaz aos conflitos gerados por bullying nas escolas e, por isso, precisa ser substituída por respostas repressoras.
 - (B) marcada pela composição de uma série de medidas punitivas de pequeno impacto, em vez de apenas uma punição severa.
 - (C) composta por práticas centradas numa forma reconstrutiva das relações e preparativas de um futuro convívio respeitoso.
 - (D) a adoção de medidas judiciais que visam a ressarcir as vítimas de bullying por danos morais e/ou materiais.
 - (E) uma abordagem antiquada de combate à violência, pois vai contra o diálogo e a conscientização como chaves para a resolução dos conflitos.
28. Assinale a alternativa correta acerca da gestão democrática, de acordo com Gadotti (“Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização educacional”, 2014).
- (A) Gestão democrática é essencial no contexto de sociedades livres, mas tem pouco ou nenhum impacto sobre o dia a dia das crianças e dos jovens nas escolas.
 - (B) Participação popular e gestão democrática incidem positivamente na aprendizagem, pois trabalham com aspectos que compõem a própria natureza do ato pedagógico.
 - (C) Gestão democrática é uma prática essencial no controle financeiro da escola, mas não pode afetar a sua dimensão pedagógica, pois isso iria contra a autonomia da instituição.
 - (D) Gestão democrática é uma prática prevista em lei no Brasil, mas não se aplica às instituições educacionais, que só adotam modelos participativos por vontade própria de seus agentes.
 - (E) Na escola, gestão democrática é fundamental para a formação do cidadão, mas a participação popular prejudica a qualidade da educação, de modo que deve ser combatida.
29. Gadotti (“Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização educacional”, 2014) cita o conceito de ideologia da competência, conforme discutido por Marilena Chauí.
- De acordo com o autor, é correto afirmar que a ideologia da competência
- (A) faz das escolas o espaço privilegiado de formação de cidadãos críticos e participativos.
 - (B) garante que a gestão escolar seja democrática, mas conduzida apenas pelos especialistas.
 - (C) é a orientação de gestão que tem as melhores condições de garantir a excelência da escola pública.
 - (D) considera as decisões como sendo de natureza puramente técnica, e não política.
 - (E) acaba por politizar a educação, minando suas possibilidades de atingir a excelência pedagógica.

30. Assinale a alternativa condizente com a posição de Gadotti (“Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização educacional”, 2014) acerca de um sistema nacional de educação.
- (A) Toda doutrina federativa de educação é centralizadora e, portanto, favorece a unidade nacional ao mesmo tempo que trabalha contra a valorização da diversidade.
 - (B) Acima da nacionalidade, devem ser sustentadas as particularidades locais, de modo que a gestão da educação deve ser antes municipal ou estadual do que nacional.
 - (C) A melhor maneira de se obter uma educação universal e de qualidade é atendo-se a um currículo mínimo, eliminando-se especificidades locais, que atrapalham a consolidação de uma cidadania nacional.
 - (D) Em vez de uma matriz curricular única, são necessários referenciais curriculares que não sejam transformados em normas a serem seguidas obrigatoriamente, mas que estimulem a criatividade das escolas.
 - (E) Dada a excelência dos modelos pedagógicos e de gestão dos sistemas privados, a compra de pacotes ou metodologias desses grupos empresariais seria uma solução inovadora e eficiente para a melhoria da educação nacional.
31. Gadotti (“Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização educacional”, 2014) afirma: “O Brasil tem uma composição social extremamente diversa, e a democracia representativa não dá conta de toda essa diversidade”.
- Por isso, o autor defende que
- (A) é fundamental substituir-se o sistema político representativo pelo participativo.
 - (B) a democracia representativa precisa de maior articulação com uma forte participação cidadã.
 - (C) as instâncias representativas devem se sobrepor à diversidade, em prol de um sentimento nacional único.
 - (D) os movimentos sociais prejudicam a capacidade de operação do Estado, ao sobrevalorizar a diversidade.
 - (E) propostas de educação popular têm afastado as pessoas da vida política, prejudicando a democracia representativa.
32. De acordo com Monlevade (*Funcionário de escolas: educadores, profissionais e gestores*, 2012), “o ato pessoal de educar-se e a ação social de educar são anteriores” à escola, o que significa que
- (A) ocorrem em outros espaços sociais.
 - (B) desvalorizam os saberes pedagógicos em nome da educação de senso comum.
 - (C) se libera a escola para tão somente ensinar os objetos de conhecimento.
 - (D) se recusa hoje a importância da instituição escolar.
 - (E) se vê um assalto de outros agentes ao trabalho que deveria ser da escola.
33. Monlevade (*Funcionário de escolas: educadores, profissionais e gestores*, 2012) destaca quatro dos princípios de ensino estipulados pela Constituição Federal de 1988 que o autor considera “particularmente importantes para os funcionários de escolas públicas”.
- Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses princípios destacados por Monlevade.
- (A) O mérito como critério pedagógico.
 - (B) A hierarquia administrativa.
 - (C) O piso salarial nacional.
 - (D) A flexibilização curricular.
 - (E) A unificação dos métodos de ensino.
34. Monlevade (*Funcionário de escolas: educadores, profissionais e gestores*, 2012) resgata historicamente o processo de inclusão dos funcionários na estrutura escolar, mostrando que se trata de uma conquista tardia e ainda em construção.
- Para o autor, essa discussão se relaciona à questão da profissionalização, ou seja, os funcionários precisam não somente saber fazer o que fazem, mas também
- (A) desenvolver uma rede de contatos com figuras proeminentes da política.
 - (B) sistematizar e institucionalizar suas identidades funcionais.
 - (C) reconhecer a primazia do aspecto operacional de sua função.
 - (D) ser ambiciosos na ocupação da alta hierarquia do sistema educacional.
 - (E) reproduzir os valores hegemônicos em sua atuação.

35. Leia o excerto a seguir:

Coadjuutores – a palavra “coadjutor” significa o que ajuda outrem a desempenhar uma ação. É sinônima de “auxiliar”. É próxima de “suporte”, “apoio”. O piloto dirige o voo de uma aeronave. Ele é o comandante. Para ajudá-lo, existe o copiloto. Já as comissárias atendem aos passageiros durante o voo. Não são auxiliares do comandante ou do piloto. Exercem outra ação. O copiloto está escalado para substituir o comandante em seus impedimentos.

(Monlevade, *Funcionário de escolas: educadores, profissionais e gestores*, 2012)

Nesse contexto, Monlevade defende que os funcionários de escolas

- (A) são os substitutos naturais dos professores, em razão análoga à do copiloto.
- (B) são prescindíveis no processo educacional devido a seu papel limitado.
- (C) devem se manter subordinados à equipe pedagógica, que pilota a escola.
- (D) devem se ausentar das questões estratégicas e educativas.
- (E) têm funções para as quais os professores não estão preparados.

36. De acordo com o disposto na Constituição Federal,

- (A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, mas poderá ser prorrogado quantas vezes o gestor considerar necessário, desde que demonstrado o interesse público.
- (B) garante-se ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, mas o direito de greve não pode ser mais exercido, em virtude de recente promulgação de emenda constitucional.
- (C) admite-se que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo, uma vez justificada a diferença por ato formal.
- (D) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (E) as entidades da administração pública devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado, mas é vedada a publicação dos resultados alcançados, tendo em vista as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

37. Úrsula é servidora pública da fictícia autarquia estadual ABC, segurada do regime próprio de previdência social, e foi recentemente eleita para o mandato de deputada estadual.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Úrsula

- (A) será afastada do seu cargo na autarquia, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração de origem.
- (B) ficará afastada do seu cargo na autarquia e permanecerá filiada ao regime próprio de previdência no ente federativo de origem.
- (C) poderá cumular as duas funções, após ser investida no mandato de deputada estadual, se verificar que há compatibilidade de horários.
- (D) poderá livremente cumular as duas funções, por ocupar cargo em autarquia estadual, e não na administração direta.
- (E) terá direito a acumular os cargos e as respectivas vantagens, desde que a carga horária não exceda a 60 (sessenta) horas semanais.

38. Hipoteticamente, Clara é servidora pública da União, filiada ao regime próprio de previdência social.

De acordo com o disposto na Constituição Federal, Clara

- (A) será aposentada compulsoriamente aos 80 (oitenta) anos de idade.
- (B) será aposentada, voluntariamente, a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- (C) terá a idade mínima para se aposentar reduzida em três anos, na hipótese de ocupar cargo de diretora de estabelecimento de Ensino Infantil.
- (D) tem assegurado o direito ao reajustamento anual dos benefícios recebidos, sempre por meio da aplicação da taxa Selic.
- (E) deverá realizar avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na hipótese de ser aposentada por incapacidade permanente para o trabalho.

39. Caíque tem 12 (doze) anos, é indígena e ateu, e seus pais desejam matriculá-lo na escola pública de Ensino Fundamental Winston Churchill. No ato da matrícula, Luciana, responsável pelo setor, informou aos pais que todas as segundas-feiras, nos dois primeiros horários, há o ensino religioso, de matrícula obrigatória, oportunidade em que destacou que as aulas são apenas para apresentar os preceitos básicos de diversas religiões existentes no país.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) Caíque não poderá ser matriculado na escola, pois indígenas devem estudar em escolas específicas.
- (B) Caíque, como já tem 12 (doze) anos, é obrigado a se matricular no ensino religioso.
- (C) o Ensino Fundamental será ministrado em língua portuguesa, mas se assegura a Caíque a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- (D) é obrigatória a matrícula de Caíque no ensino religioso, como não se trata de proselitismo.
- (E) Luciana agiu erroneamente, pois não se admite que as escolas públicas de Ensino Fundamental ofereçam ensino religioso.

40. A respeito da Educação, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- (A) As cotas estaduais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica na respectiva rede pública de ensino.
- (B) Os Estados e a União atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.
- (C) Os municípios atuarão obrigatoriamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.
- (D) Os Estados aplicarão anualmente 30% (trinta por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (E) Os recursos advindos da contribuição social do salário-educação podem ser utilizados para pagamento de aposentadorias e pensões.

41. Mário é agente de organização escolar em uma unidade escolar recentemente criada pelo Estado de São Paulo e terá como atribuição gerir o setor de pessoal. Joana, professora aprovada no último concurso e em estágio probatório, foi encaminhada para exercer suas funções nessa unidade e tem algumas dúvidas sobre os dias e os horários em que poderá se afastar para tratar de assuntos médicos e para acompanhar seu filho, que tem dez anos, em consultas ou procedimentos hospitalares. Por esse motivo, procura Mário para esclarecer suas dúvidas.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 1.041/08, Mário poderá informar corretamente a Joana que ela

- (A) só não perderá a remuneração pelo afastamento caso a consulta ou o procedimento seja realizado por médico ou unidade hospitalar vinculada ao Iamspe.
- (B) não poderá se afastar, pois está em estágio probatório.
- (C) pode entrar após o início do expediente, retirar-se antes de seu término ou dele ausentar-se temporariamente, até o limite de 3 (três) horas diárias, desde que sujeita à jornada de no mínimo 35 (trinta e cinco) horas semanais e desde que sejam respeitadas as demais condições legais.
- (D) poderá deixar de comparecer ao serviço para acompanhar seu filho, até o limite de 6 (seis) ausências ao ano, independentemente da jornada a que estiver sujeita, ainda que sob o regime de plantão, não podendo exceder 1 (uma) falta ao mês, devendo constar do atestado, obrigatoriamente, a necessidade do acompanhamento.
- (E) poderá se ausentar até 15 (quinze) dias no mês, desde que apresentado atestado médico fornecido por profissional com registro no Conselho Regional de Medicina, sem que haja o desconto da remuneração.

42. De acordo com a Lei Complementar nº 1.041/08, que dispõe sobre vencimento, remuneração ou salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou seção de tratamento de saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta ao serviço para comparecimento à consulta ou a tratamento médico precisa ser compensada.
- (B) As ausências não serão computadas para fins de aposentadoria e disponibilidade.
- (C) A Lei se aplica ao servidor público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (empregados públicos), bem como aos profissionais temporários.
- (D) Em caso de falta para acompanhamento dos parentes especificados em Lei em consulta, exame ou sessão de tratamento em saúde, do atestado deverá constar, obrigatoriamente, a necessidade do acompanhamento.
- (E) Os servidores devem, preferencialmente, comunicar o chefe do órgão a que esteja vinculado da intenção de se ausentar ao serviço, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

43. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada criança, para os efeitos da Lei nº 8.069/90, a pessoa de até
- (A) dez anos incompletos.
 - (B) onze anos completos.
 - (C) doze anos incompletos.
 - (D) quatorze anos completos.
 - (E) onze anos incompletos.
44. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito de contestar critérios avaliativos
- (A) não foi previsto na legislação.
 - (B) é assegurado exclusivamente aos pais que tenham ensino superior completo.
 - (C) foi previsto exclusivamente para os adolescentes que tenham mais de 16 (dezesesseis) anos.
 - (D) é assegurado aos pais que tenham, pelo menos, ensino médio completo.
 - (E) é assegurado às crianças e aos adolescentes, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
45. A respeito do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), assinale a alternativa correta.
- (A) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
 - (B) Ao adolescente de até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem e os direitos trabalhistas e previdenciários.
 - (C) Ao adolescente com deficiência é assegurado o direito de proteção integral, sendo proibida a sua contratação para o exercício de atividade profissional.
 - (D) O adolescente empregado aluno de escola técnica pode exercer trabalho em período noturno, caso seja autorizado pelo respectivo Conselho Tutelar e pelos pais.
 - (E) A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.
46. Em uma escola pública estadual, os professores de História estão preparando alunos de Ensino Médio para a participação de processos seletivos para o ingresso em universidades e, por esse motivo, preferem priorizar o ensino de História de formação do Brasil sob a perspectiva clássica portuguesa, deixando de abordar o tema sob a ótica africana e a sua contribuição para a formação e o desenvolvimento do país. Um aluno, bastante engajado em temas de ordem racial, comenta com um professor a sua insatisfação relativa a esse tipo de abordagem.
- Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 12.288/10, o professor poderá responder corretamente que a conduta dos professores de História está
- (A) correta, pois a abordagem do Ensino Médio deve ser funcional e direcionar os estudantes, preferencialmente, ao Ensino Superior.
 - (B) incorreta, pois a legislação veda o estudo da História brasileira sob a perspectiva europeia.
 - (C) incorreta, pois os conteúdos referentes à História da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar.
 - (D) correta, pois o professor tem autonomia técnico-científica e o poder de definir como o conteúdo programático deve ser abordado em sala.
 - (E) parcialmente correta, pois os profissionais da educação que ministram aulas na rede pública de ensino devem utilizar exclusivamente os materiais licenciados pelo Estado, e este deve conter alguns tópicos sobre a influência africana na formação do Brasil.
47. Com base no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10), é correto afirmar que
- (A) o ensino da capoeira é obrigatório nas instituições públicas de ensino.
 - (B) a população negra tem acesso prioritário ao Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (C) serão instaladas, obrigatoriamente, unidades de ensino pelos municípios nas comunidades remanescentes de quilombos.
 - (D) o poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana.
 - (E) as escolas públicas devem assegurar e fomentar a prática de cultos e liturgias de matriz africana.

48. Antônio e Carla, servidores públicos estaduais vinculados à Secretaria de Educação, vivem em união estável e decidiram adotar Julieta, com seis anos de idade. O termo de adoção foi expedido em 15 de abril. Carla solicitou a concessão de licença adotante em 29 de abril, e Antônio, em 5 de maio.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 1.054/08, é correto afirmar que

- (A) o período de licença de Carla será de 90 (noventa) dias, a contar da expedição do termo de adoção.
- (B) Antônio formulou o seu pedido de licença dentro do prazo legal.
- (C) o período de licença será considerado de efetivo exercício, para todos os efeitos.
- (D) Antônio e Carla podem gozar de licença, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.
- (E) a legislação não concede, nesse caso, licença adotante aos servidores, pois Julieta tem mais de cinco anos.

49. De acordo com o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, à funcionária gestante

- (A) poderá ser concedida licença a partir da 32ª (trigésima segunda) semana de gestação, mediante documentação médica que comprove a gravidez e a respectiva idade gestacional.
- (B) deverá ser concedida a licença, em qualquer caso, a partir do parto, mediante documentação médica que comprove o nascimento da criança.
- (C) não será concedida qualquer licença se a criança nascer morta.
- (D) deverá ser concedida a licença, em regra, a partir da 38ª (trigésima oitava) semana de gestação.
- (E) será concedida licença de até 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo dos seus vencimentos, desde que tenha tempo de serviço superior a 24 (vinte e quatro) meses.

50. Carlos é servidor público e trabalha em uma unidade pública de atendimento que exige funcionamento ininterrupto. Sua jornada semanal é de 40 horas, e ele foi inserido em uma escala com entrada às 11h e saída às 19h, com 45 minutos de intervalo. Carlos questiona a legalidade da jornada e solicita à chefia imediata uma revisão da escala.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto nº 52.054/07, é correto afirmar que

- (A) a escala de Carlos está correta, pois a ele é assegurada, pelo menos, meia hora de descanso intrajornada.
- (B) a jornada está irregular, pois deveria ser assegurado o intervalo mínimo de uma hora para alimentação e descanso.
- (C) a jornada estará regular apenas se o horário for fixado dessa forma para melhor atender ao interesse da Administração.
- (D) o pedido pode ser deferido, e o intervalo intrajornada, reduzido, caso atenda ao interesse de Carlos.
- (E) o pedido de Carlos deve ser deferido, pois, ressalvados os casos excepcionais, o funcionamento ordinário das repartições públicas estatuais se encerra às 16h.

51. De acordo com o Decreto nº 52.054/07, poderá o servidor entrar com atraso nunca superior a quinze minutos na unidade onde estiver em exercício, desde que compense o atraso no mesmo dia, em até

- (A) duas vezes por mês, sem desconto em seu vencimento, salário ou remuneração.
- (B) cinco vezes por mês, sem desconto em seu vencimento, salário ou remuneração.
- (C) cinco vezes por mês, com desconto em seu vencimento, salário ou remuneração.
- (D) seis vezes por mês, com desconto em seu vencimento, salário ou remuneração.
- (E) seis vezes por mês, sem desconto em seu vencimento, salário ou remuneração.

52. Luciano é servidor público estadual, vinculado à Secretaria de Educação, e está matriculado em curso de pós-graduação realizado no período diurno, em instituição de ensino oficial. Para viabilizar o seu deslocamento do local em que são ministradas as aulas ao seu posto de trabalho, ele tem entrado em serviço duas horas após o início do expediente. A sua chefe imediata, Tina, chamou a sua atenção e afirmou que Luciano está descumprindo a legislação estadual.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto Estadual nº 52.054/07, é correto afirmar que Tina está

- (A) correta e a concessão do benefício pode ser revogada, pois Luciano deveria entrar em serviço até uma hora após o início do expediente.
- (B) incorreta, pois o servidor público que esteja participando de pós-graduação não precisa comparecer ao serviço no dia em que as aulas estiverem sendo ministradas.
- (C) correta, pois o direito de entrar em serviço com atraso só é concedido a servidores públicos que estejam cursando graduação em nível superior.
- (D) incorreta, pois o servidor público tem o direito de participar de curso de pós-graduação e entrar em serviço apenas no turno subsequente ao fim de sua aula.
- (E) correta, pois os servidores que exerçam suas funções no período diurno devem participar de cursos, obrigatoriamente, no horário noturno.

53. A respeito da jornada de trabalho docente e da jornada ampliada de trabalho aos ocupantes do cargo de professor de Ensino Fundamental e Médio, com base na Lei Complementar nº 1.374/2022, é correto afirmar:

- (A) a jornada completa de trabalho docente deve ser executada em 30 (trinta) horas semanais de trabalho.
- (B) o tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local de livre escolha do docente.
- (C) os professores não poderão ser convocados para exercerem as atividades pedagógicas sem interação com os educandos na unidade escolar.
- (D) durante o tempo destinado às atividades pedagógicas sem interação com os alunos, os docentes poderão exercer outras atividades remuneradas, desde que compatíveis com as atribuições do cargo.
- (E) ficam assegurados ao professor de Ensino Fundamental e Médio, no mínimo, 30 (trinta) minutos consecutivos de descanso, por período letivo.

54. A professora Juliana é servidora efetiva da rede estadual de ensino e cumpre, regularmente, jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. Diante da escassez de docentes em sua unidade escolar, foi convidada pela direção para assumir, temporariamente, carga suplementar de 10 (dez) horas semanais, totalizando 50 (cinquenta) horas de trabalho por semana.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 1.374/22, é correto afirmar que

- (A) a carga total de horas trabalhadas não poderá ultrapassar 44 (quarenta e quatro) horas dedicadas exclusivamente aos educandos.
- (B) Juliana não pode ser submetida, ainda que temporariamente, a assunção de qualquer carga suplementar.
- (C) a quantidade de horas suplementares está incorreta, e na assunção da carga suplementar deve ser respeitada a proporção do horário de regência de sala de aula e de horas de atividade pedagógica.
- (D) Juliana pode assumir a referida carga horária, desde que receba gratificação de dedicação exclusiva e remuneração extraordinária pela quantidade de trabalho suplementar.
- (E) é necessário, para que Juliana assuma carga suplementar dessa natureza, que o ato de designação seja assinado pelo Secretário de Educação, contendo a devida justificativa.

55. De acordo com a Lei Complementar nº 1.374/22, dentro da estrutura de evolução do cargo de ocupante de professor, a trajetória de desenvolvimento do profissional especializado em atividades de ensino-aprendizagem, realizadas em interação direta com os educandos, é denominada de

- (A) Trilha de Regência.
- (B) Trilha de Especialista Educacional.
- (C) Trilha de Gestão Educacional.
- (D) Evolução Funcional.
- (E) Elevação de Grau em Carreira.

56. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, a matrícula de crianças no Ensino Fundamental é

- (A) obrigatória, a partir dos 5 (cinco) anos de idade.
- (B) obrigatória, a partir dos 6 (seis) anos de idade.
- (C) permitida, a partir dos 6 (seis) anos de idade, desde que plenamente atendida a demanda das crianças de 7 (sete) anos de idade.
- (D) permitida, a partir dos 7 (sete) anos de idade, desde que plenamente atendida a demanda das crianças com 8 (oito) anos de idade.
- (E) facultativa.

- 57.** Com relação ao ensino de jovens e adultos, de acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) deve, prioritariamente, ser fornecido pelos municípios.
 - (B) não deve ser direcionado a atender defasagens de ensino no nível fundamental.
 - (C) precisa ter organização adequada a atender às características dos alunos.
 - (D) deve ser preferencialmente profissionalizante.
 - (E) garantirá ao aluno o direito à jornada de trabalho reduzida e a benefício financeiro, fornecido pelo Estado de São Paulo.
- 58.** De acordo com a Lei nº 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), ao funcionário é proibido
- (A) tratar de interesses particulares na repartição.
 - (B) empregar material do serviço público em serviço particular, salvo se a conduta não causar prejuízo ao Estado.
 - (C) retirar, em qualquer hipótese, documento ou objeto existente na repartição.
 - (D) atuar como intermediário ou procurador de interesses particulares em repartição pública, inclusive para tratar do interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.
 - (E) possuir ações no mercado financeiro ou participação societária em empresas estatais.
- 59.** Joana, servidora da Secretaria de Educação do Estado, em um momento de deslize, praticou conduta enquadrada como infração disciplinar, que teve como consequência a aplicação da pena de suspensão.
- Com base na situação hipotética e na Lei nº 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), é correto concluir:
- (A) durante o período da suspensão, Joana não pode, em hipótese alguma, exercer as suas atividades.
 - (B) durante a suspensão, a remuneração de Joana será reduzida em 70%.
 - (C) a pena foi aplicada pelo Diretor Regional de Ensino e pode ser acumulada com a pena de multa.
 - (D) a suspensão não poderá exceder 45 (quarenta e cinco) dias e será convertida em multa, de até 50%, por interesse da Administração, hipótese em que Joana continuará a exercer as suas atribuições.
 - (E) a pena não pode exceder 90 (noventa) dias e, no período, em regra, Joana perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- 60.** A respeito do direito de férias, previsto na Lei nº 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), é correto afirmar:
- (A) as faltas injustificadas não podem ser levadas em consideração na contagem dos dias de férias.
 - (B) durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.
 - (C) o funcionário poderá gozar férias de uma só vez ou em três períodos iguais.
 - (D) o servidor com filho em idade escolar tem o direito de gozar de férias nos meses de julho e janeiro.
 - (E) é proibida a acumulação de férias, salvo se por interesse do servidor e pelo máximo de 3 (três) anos consecutivos.

